



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CGC de N.º 04.263.331/0001-75

Ofício n.º 059/21-PMC/GP.

Codajás-Am., 13 de setembro de 2021.

Da: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CODAJÁS
Exmo. Sr. **ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS** – Prefeito Municipal
End: Rua 05 de Setembro, 592 – Centro – CEP: 69.450-000.

N E S T A

Para: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Sr. **CLEBERTON MARQUES ANTUNES**
Ver. Presidente
End: Rua 05 de setembro – Sn, Centro – CEP: 69.450-000.

N E S T A

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a Vossa Excelência o Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo a outorgar a empresa IHS BRASIL - CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S/A., sob a forma de permissão de uso, a área de Patrimônio do Municipal, para fins de instalação de Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ERT, e dá outras providências..

Sendo o que cumpria para o momento, externo sinceros protestos de grande estima e elevada consideração.

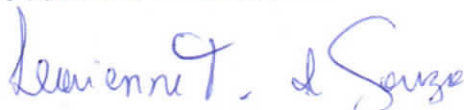


ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Codajás

Data 14/09/21 Hora: 11:23

Protocolo n.º: 0156





ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CNPJ N.º 04.263.331/0001-75

Mensagem nº 014/2021.

Codajás/AM, 13 de setembro de 2021

Ao Excelentíssimo Senhor
Ver. **CLEBERTON MARQUES ANTUNES**
DD. Presidente da Câmara Municipal de Codajás

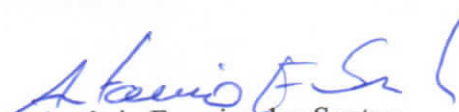
Senhor Presidente,

Tendo este poder Executivo a relevante missão de realizar a Administração dentro dos estritos limites da legalidade e com o fito de atender as necessidades do nosso município, venho pela presente submeter à apreciação dessa Egrégia Câmara, o Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo a outorgar a empresa IHS BRASIL - CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S/A., sob a forma de permissão de uso, a área de Patrimônio do Municipal, para fins de instalação de Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ERT.

Por tratar-se de empreendimento que viabiliza a prestação de serviço de interesse público e de caráter essencial para a população, solicitamos sua deliberação pelo rito **ORDINÁRIO**, em **caráter de urgência**.

Destarte, tendo plena convicção de que essa Casa apreciará com o devido zelo e provará o Projeto de Lei, em benefício da população, apresento aos nobres Edis, respeitosa saudação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CODAJÁS, aos 13 (treze) dias do mês de setembro do ano de 2021, 83º aniversário de elevação à categoria de cidade.


Antônio Ferreira dos Santos
Prefeito Municipal



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CNPJ N.º 04.263.331/0001-75

PROJETO DE LEI Nº 15 /2021.

Autoriza o Poder Executivo a outorgar a empresa IHS BRASIL - CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S/A., sob a forma de permissão de uso, a área de Patrimônio do Municipal, para fins de instalação de Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ERT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CODAJÁS, no uso das atribuições lhe conferidas por lei.

Faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte.

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar à empresa IHS BRASIL - CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S/A., sob a forma de permissão de uso, a título oneroso, a seguinte área de terras pertencentes ao Patrimônio Público Municipal:

I – Área total de 172m², sendo 10m x 16m = 160m² e um corredor de acesso de 2m x 6m = 12m² - Localizada em Zona Rural, nas seguintes coordenadas (WGS84): Latitude: 3°25'3.01"S e Longitude: 62°40'37.40"W.

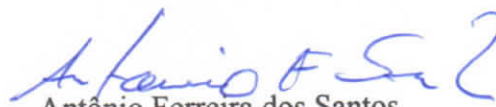
Art. 2º A permissão de uso da área de terras referida no art. 1º se destina, exclusivamente, para os fins de instalação de Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ERT.

Art. 3º A permissão de uso de que trata o art. 1º desta Lei dar-se-á pelo prazo de até 15 (quinze) anos.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, com o escopo de atender ao interesse público devidamente caracterizado através de motivação expressa.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CODAJÁS, ESTADO DO AMAZONAS,
aos 13 (treze) dias do mês de setembro de 2021.


Antônio Ferreira dos Santos
Prefeito Municipal



JUSTIFICATIVA

O município foi procurado por representantes da empresa IHS BRASIL - CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S/A, vez que foi identificado uma área total de 172m², sendo 10m x 16m = 160m² e um corredor de acesso de 2m x 6m = 12m² - Localizada em Zona Rural, nas seguintes coordenadas (WGS84): Latitude: 3°25'3.01"S e Longitude: 62°40'37.40"W. para instalação de um Infraestrutura de Suporte¹ (Torre) para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ERT.

Essa Infraestrutura de Suporte (Torre) irá receber equipamentos (antenas) da prestadora TIM S/A, autorizatória de serviço móvel pessoal, devidamente outorgada pela Agência Nacional de Telecomunicações-ANATEL e poderá ser estendida para outras operadoras de telecomunicação.

Ocorre que, para que o Executivo efetive a cessão da área pública, mesmo sendo a título oneroso, se faz necessária autorização legislativa, nos termos do arts. 137 e 138, da Lei Orgânica do Município.

Sobre o serviço de telecomunicações, é indispensável esclarecer que a consecução da prestação do serviço de telefonia móvel, depende diretamente da instalação das Estações Transmissora de Radiocomunicação – ETRs, que, por sua vez, necessitam das Infraestruturas de Suporte (Torres) nas quais serão fixadas.

Nesse sentido, a Lei Federal nº 12.651/12, que alterou o Código Florestal Federal, já classificava como de “utilidade pública” as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos, dentre os quais o de telefonia, para fins de autorização para a realização de intervenções ambientais necessárias, nos termos do inciso VIII, do art. 3º.

No mesmo sentido, a Lei Federal nº 13.116/15, que “*estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações(...)*”, dispõe de forma definitiva que o serviço de telecomunicações é de interesse público e coletivo, essencial, nos termos do art. 4º, inciso I, vedando aos Estados, Municípios e Distrito Federal impor condicionamentos que possam afetar a seleção de tecnologia, a topologia das redes e a qualidade dos serviços de telefonia, consoante inciso II, do mesmo dispositivo, e conforme o art. 8º, da mesma lei, já mencionados.

Ainda, no que diz respeito à proteção e incentivo da União à ampliação da cobertura, impõe-se destacar que a Lei Geral de Telecomunicações, Lei Federal nº 9.472/97, elenca como deveres do

¹ Lei Federal nº 13.116, de 20 de abril de 2015, que “*estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001*”.

Art. 3º Para os fins desta Lei, adotam-se as seguintes definições:

I – (...)

VI - **Infraestrutura de Suporte**: meios físicos fixos utilizados para dar suporte a redes de telecomunicações, entre os quais postes, torres, mastros, armários, estruturas de superfície e estruturas suspensas;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CNPJ N.º 04.263.331/0001-75

Poder Público, a garantia do acesso de toda a população aos serviços de telecomunicações, bem como o estímulo à expansão do uso as redes e serviços de telecomunicações pelos serviços de interesse público em benefício da população brasileira, além de dotar medidas que promovam a competição e a diversidade dos serviços, incrementem sua oferta e propiciem padrões de qualidade compatíveis com a exigência dos usuários, dentre outros.

Nesse sentido, a Lei Federal nº 13.116/15 é taxativa ao elencar dentre os seus objetivos a ampliação da capacidade instalada de redes de telecomunicações, tendo em vista a atualização tecnológica e a melhoria da cobertura e da qualidade dos serviços prestados, nos termos do inciso III, do art. 2º, *in verbis*:

“Art. 2º O disposto nesta Lei tem por objetivo promover e fomentar os investimentos em infraestrutura de redes de telecomunicações, visando, entre outros:

(...)

III - à ampliação da capacidade instalada de redes de telecomunicações, tendo em vista a atualização tecnológica e a melhoria da cobertura e da qualidade dos serviços prestados;

Ademais, importa registrar que a crise enfrentada pela pandemia do Vírus COVID-19, impôs uma crescente demanda por conectividade, em razão do isolamento social das pessoas, que requer a utilização da rede de telecomunicações para a manutenção do funcionamento mínimo das atividades laborais em *home office* ou atividades escolares, além das tarefas cotidianas, pessoais, mediante a transmissão de áudio, mensagens e dados, especialmente de imagens, além do uso de aplicativos, sendo que o acesso aos serviços públicos de segurança, saúde, e serviços bancários se encontram disponíveis por meio da *internet*, evitando-se o deslocamento ou aglomeração das pessoas.

Com efeito, o Governo Federal declarou a essencialidade do serviço de telefonia móvel no Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que, por sua vez, *“Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.”*, conforme inciso VI, parágrafo 1º, do artigo 3º.

Assim, em vista da fundamentação acima, e se tratar de matéria de relevante interesse para a Administração, solicitamos que seja aprovado o presente Projeto de Lei.